

DEOLINDA GARRIDO ELEITA **Pág. 6**
NOVA SECRETÁRIA EXECUTIVA DA OMA

MPLA EM PORTUGAL
ASSINALA 4 DE FEVEREIRO



Pág. 7

JMPLA FESTEJA
4 DE FEVEREIRO



Pág. 8

"SUSSUSSÚ"
NOVO ESPAÇO DE DIVERSÃO

SUSSUSSÚ

COM A QUALIDADE
DO SEMBA

Pág. 13

1º DE AGOSTO
ARRASA TAÇA COMPAL EM LISBOA



PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NO IV CONSELHO CONSULTIVO DO **MIREX**

POLÍTICA EXTERNA EFICAZ
EXIGE ÓRGÃO MODERNO



Pág. 3

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, defendeu a modernização das estruturas do Ministério das Relações Exteriores para tornar mais eficaz a política externa do País.

NOTA DE REDACÇÃO



Nesta edição, o Mwangolé traz em estampa os novos desafios e estratégias da política externa angolana, anunciados pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na abertura do IV Conselho Consultivo Alargado do Ministério das Relações Exteriores. Nesse evento, o Presidente da República defendeu a modernização das estruturas do Ministério das Relações Exteriores para tornar mais eficaz a política externa do País, argumentando ainda que a instituição deve aperfeiçoar a sua estrutura organizativa, racionalizar os métodos de trabalho e melhorar a coordenação e o controlo das suas acções. Entre outras recomendações (págs. 2 e 3), o Presidente da República disse que a política externa angolana deve fundamentar-se nos princípios estruturantes da Constituição da República e no Programa de Acção do Executivo com vista à preservação e fortalecimento da soberania nacional e promoção da imagem de Angola no exterior. Por cá, no âmbito da sua actividade diplomática, realçámos a audiência concedida pelo embaixador José Marcos Barrica ao seu homólogo finlandês, Asko Numminen, com quem abordou assuntos relacionados com o reforço das relações de cooperação entre Angola e a Finlândia. A nível comunitário, destacámos as diversas actividades políticas em torno do quinquagésimo aniversário do 4 de Fevereiro. Igualmente, há a assinalar, no quadro de renovação de mandatos, a eleição de Deolinda Garrido como nova secretária executiva da Organização das Mulheres Angolanas (OMA), derrotando Ana do Céu, que concorria para um novo mandato. Aponta-se que o próximo acto será na JMPLA, para a qual já desfilam concorrentes para enfrentar o actual líder da organização em Portugal, Rui Machado. A diáspora angolana em Portugal testemunhou também o lançamento do novo disco do músico Dom G, assim como a abertura, em Lisboa, do "Feel Good Club Sussussú", espaço para os apaixonados da boa música angolana. Finalmente, de positivo, temos a consagração do 1º de Agosto na Supertaça Compal no Pavilhão da Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa, com domínio avassalador, e bem assim como a contratação de Djalma pelo FC Porto para as próximas cinco épocas, a partir da próxima temporada. Em contraposição, Mantorras foi oficialmente despedido do Benfica...

BOA LEITURA!

PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO IV CONSELHO CONSULTIVO DO MIREX

POLÍTICA EXTERNA EFICAZ EXIGE ÓRGÃO MODERNO



O Presidente da República defendeu, em Luanda, a modernização das estruturas do Ministério das Relações Exteriores para tornar mais eficaz a política externa do País. Discursando na abertura do IV Conselho Consultivo Alargado do Ministério das Relações Exteriores, o Chefe de Estado disse que a instituição deve aperfeiçoar a sua estrutura organizativa, racionalizar os métodos de trabalho e melhorar a coordenação e o controlo das suas acções.

Para o funcionamento eficiente do Ministério das Relações Exteriores, orientou a realização de um estudo sobre uma nova metodologia de relacionamento entre a estrutura central e as embaixadas, no que respeita a recolha, tratamento, tramitação e expedição da informação, de forma a garantir-se a compreensão dos objectivos e a realização com qualidade das acções diplomáticas. O Presidente da República recomendou aos participantes do Conselho uma análise crítica da situação do Ministério das Relações Exteriores, da sua estrutura orgânica, regulamentos internos, qualidade dos seus recursos humanos, situação dos recursos materiais e técnicos e o desempenho das missões diplomáticas e consulares. A política externa angolana, lembrou, deve fundamentar-se nos princípios estruturantes da Constituição da República e no Programa de Acção do Executivo com vista à preservação e fortalecimento da soberania nacional e promoção da imagem de Angola no

exterior. O Chefe de Estado referiu ainda que Angola "deve orientar a sua política externa na promoção da paz, segurança e estabilidade mundial, prevenção, gestão e resolução de conflitos por via pacífica e no reconhecimento do direito internacional como norma de conduta dos Estados nas suas relações". Também deve ser dada atenção, segundo o Presidente, à defesa e promoção da cooperação internacional e integração regional e ao reconhecimento dos povos pela autodeterminação e libertação dos sistemas opressivos, rejeitando toda e qualquer forma de colonialismo, neocolonialismo, terrorismo, discriminação ou segregação. José Eduardo dos Santos disse que o Executivo tem muitas tarefas importantes e urgentes que requerem o tratamento adequado por quadros com boa formação técnica e política. Daí a necessidade de um Ministério das Relações Exteriores que assumira, de facto, o seu papel de principal organismo executor e coordenador da política externa.

REFORMA PARA OS DIPLOMATAS

O Chefe de Estado recomendou a discussão, nos termos da Lei, de um plano geral de reforma para os diplomatas com mais de 60 anos de idade e a criação de instrumentos para reconhecer o mérito e homenagear aqueles que, na actividade diplomática, se tenham destacado na prestação de serviços à Nação angolana. "Devemos reconhecer que o Estatuto do diplomata, que conta com 18 anos de vigência e que agora se pretende rever, representou, para a época, um grande progresso, ao consagrar e reconhecer direitos adquiridos", afirmou o Chefe de Estado, acrescentando que a actual proposta exige dos profissionais da diplomacia angolana um perfil académico e qualidades morais, éticas e patrióticas, consentâneas com o nível de desenvolvimento que o país alcançou.

GESTÃO TRANSPARENTE

Aos gestores das Embaixadas, o Presidente da República pediu que administrem de forma "adequada, responsável e transparente" o erário público, na esteira do rigor estabelecido para a execução do Orçamento Geral do Estado. José Eduardo dos Santos lembrou que um dos "importantes desafios" que se colocam à política externa e à diplomacia angolana é a defesa e promoção da imagem de Angola junto da Comunidade Internacional. Recomendou, por isso, acções político-diplomáticas que conduzam ao desenvolvimento da Comissão do Golfo da Guiné, da Conferência dos Grandes Lagos e das comunidades económicas sub-regionais africanas nas quais Angola está inserida, nomeadamente a SADC e a CEEAC. Defendeu igualmente a implementação com êxito das deliberações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aprovadas na Cimeira de Luanda, a concretização do programa para a Guiné-Bissau e a adopção do português como língua de trabalho da Organização das Nações Unidas. ■

CRISES POLÍTICAS

O Presidente da República considerou que as crises de natureza política, militar, económica e social que acontecem em vários países, particularmente em África e no Médio Oriente, resultam da incapacidade de se encontrar entendimentos políticos ou programas de Governo adequados à sua solução. As crises têm-se agravado por causa das profundas alterações que o mundo conheceu nas duas últimas décadas. O Chefe de Estado apelou, por isso, aos Estados para prestarem uma atenção especial às questões externas e conceberem programas de acção político-diplomáticas e de cooperação internacional com objectivos claros a alcançar a curto, médio e longo

prazos. O Presidente da República alertou que enquanto as economias dos países se recuperam da recente crise económica e financeira mundial causada por "políticas desajustadas" adoptadas pelos países ocidentais mais industrializados, surgem outros problemas da actualidade, como o terrorismo, tráfico de drogas e de seres humanos, imigração ilegal, pirataria, crimes transnacionais, intolerância política, discriminação racial e da mulher, e outros. O Chefe de Estado disse que a promoção e protecção dos direitos do homem, da democracia, a boa governação e o desenvolvimento económico e social, também devem ser um "ponto imprescindível" da agenda política angolana.

CONSELHO CONSULTIVO ALARGADO DO MIREX

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Senhor ministro das Relações Exteriores, Senhores secretários de Estado, senhores embaixadores, distintos convidados. Minhas senhoras e meus senhores.

Eu agradeço o convite para participar neste importante fórum de reflexão sobre a política externa da República de Angola. Aceitei com muito prazer porque a realização deste Conselho Consultivo Alargado ocorre num momento em que o Mundo está a viver um período bastante conturbado, marcado por crises de natureza política, militar, económica e social em vários Países, particularmente em África e Médio Oriente.

Estas crises, entre as quais algumas são antigas, resultam da incapacidade de se encontrar entendimentos políticos ou programas de Governo adequados para sua resolução, e se têm agravado por causa das profundas alterações que o Mundo conheceu nas duas últimas décadas.

Com efeito, com o fim da guerra fria verificou-se a alteração da correlação de forças estabelecida depois da II Guerra Mundial, quando foram definidas as bases políticas e jurídicas em que assentam as normas e os mecanismos universais vigentes que regulam o funcionamento da Comunidade Internacional.

Neste processo de transformação das Relações Internacionais muito contribuiu também o fenómeno da globalização que teve como principais motores a mundialização da economia, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação, que garantem o estabelecimento de redes globais de produção e a funcionalidade dos mercados financeiros internacionais, bem como uma autêntica revolução da comunicação.

A rapidez dos transportes, da circulação da informação e dos fluxos financeiros no mundo tornou os países mais próximos e acentuou a interdependência, em maior ou menor escala, entre os diferentes actores das relações internacionais, impondo que a ocorrência de um facto num País ou numa sub-região possa ter impacto ou influência noutro ponto do Planeta.

Deste modo, para além dos problemas que lhes são próprios, os Estados não podem deixar de prestar a devida atenção às questões externas e de conceber programas de acção político-diplomática e de cooperação internacional com objectivos claros a alcançar a curto, médio e longo prazo.

No conjunto destas questões sublinhamos a recente crise económica e financeira mundial causada por políticas desajustadas adoptadas pelos países ocidentais mais industrializados e que teve consequências negativas directas ou indirectas na vida quotidiana de milhões de pessoas em todos os países.

Enquanto as economias dos Países se recuperam deste nefasto fenómeno, outros problemas da actualidade dignos de menção são os conflitos intra-estaduais, o terrorismo, o tráfico de drogas e de seres humanos, a imigração ilegal, a pirataria,

os crimes transnacionais, as grandes epidemias, a pobreza, a intolerância política, étnica e religiosa, a discriminação racial e da mulher.

Estas questões naturalmente devem continuar a figurar nos nossos programas e agendas internacionais, assim como outros tais como as catástrofes naturais, que têm provocado um elevado número de vítimas humanas e enormes prejuízos materiais como resultado das alterações climáticas, e que exigem que tomemos parte activa na concertação internacional com vista a tomada de medidas para diminuir a libertação de gases com efeito de estufa, o sobreaquecimento global e a desertificação.

Outras questões tais como a promoção e a protecção dos direitos do homem, a promoção da democracia, da boa governação e o desenvolvimento económico e social devem igualmente estar no centro das nossas atenções.

Neste contexto, senhor ministro, senhores embaixadores, senhores convidados, não é difícil concluir que, neste contexto, o Estado angolano tem muitas tarefas importantes e urgentes que requerem o tratamento adequado por quadros com boa formação técnica e política e a existência de um Ministério das Relações Exteriores, capaz e que assume de facto o seu papel de principal organismo executor e coordenador da política externa.

Neste sentido, este Ministério tem de aperfeiçoar a sua estrutura organizativa, racionalizar os seus métodos de trabalho e melhorar a coordenação e o controlo das suas acções.

Espera-se que este Conselho Consultivo faça uma análise crítica da situação do Ministério das Relações Exteriores, da sua estrutura orgânica e dos seus regulamentos internos, da qualidade dos seus recursos humanos e da situação dos seus recursos materiais e técnicos, bem como do desempenho das Missões Diplomáticas e Consulares.

Não menos importante para o funcionamento eficiente do Ministério é o estudo sobre a necessidade de uma nova metodologia de relacionamento entre a estrutura central e as Embaixadas no que respeita a recolha, tratamento, tramitação e expedição da informação por modo a garantir-se a compreensão dos objectivos e a realização com qualidade das acções diplomáticas.

Pretendemos que o Ministério das Relações Exteriores seja de facto um organismo moderno dotado de grande capacidade de execução efectiva e eficaz da nossa política externa.

Esta política fundamenta-se nos princípios estruturantes da Constituição da República e no Programa de Acção do Executivo cujos objectivos visam:

1. A preservação e fortalecimento da soberania nacional;
2. O apoio ao desenvolvimento económico, social e político do País através de uma maior inserção de Angola no mundo;

3. A protecção dos direitos e interesses angolanos no estrangeiro;
4. O apoio à promoção da cooperação internacional em todos os seus domínios;
5. A assumpção da cultura como um dos principais elementos para a reafirmação da identidade nacional;
6. A promoção da imagem de Angola no exterior;
7. A promoção da paz, segurança e da estabilidade mundial;
8. A prevenção, gestão e resolução de conflitos por via pacífica e condenação do uso da força como meio de resolução dos conflitos fora dos sistemas das Nações Unidas e dos parâmetros da União Africana;
9. O reconhecimento do direito Internacional como norma de conduta dos Estados nas suas relações;
10. A defesa e promoção da cooperação internacional e da integração regional como sistemas de convivência e vias de desenvolvimento dos Estados;
11. Reforço do papel das organizações multilaterais, regionais e internacionais ao serviço da paz e do desenvolvimento dos Estados;
12. A rejeição de toda e qualquer forma de colonialismo, neocolonialismo, terrorismo, discriminação ou segregação e reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e sua libertação dos sistemas opressivos;
13. A não ingerência em assuntos internos de outros Estados e o respeito do princípio da igualdade soberana entre Estados.

Senhor ministro, senhores embaixadores, distintos convidados, esta ocasião, da realização do conselho consultivo do Ministério das Relações Exteriores, deve ser aproveitada também para se discutir, nos termos da Lei, um plano geral de reforma para os diplomatas com mais de sessenta anos, criando para já instrumentos para reconhecer o mérito e homenagear aqueles que nesta actividade se tenham destacado na prestação de serviços à Nação angolana.

Por outro lado, devemos reconhecer que o Estatuto do Diplomata que conta com dezoito anos de vigência e que agora se pretende rever, representou para a época um grande progresso ao consagrar e ao reconhecer direitos adquiridos.

A actual proposta de revisão, ao retomar os progressos alcançados com a publicação e aplicação daquele documento, visa a sua preservação e consequente reforço, requerendo hoje aos profissionais da diplomacia angolana um perfil académico e qualidades morais, éticas e patrióticas, consentâneas com o nível de desenvolvimento que o país alcançou, mantendo a mesma dimensão de direitos e privilégios universalmente consagrados para diplomatas sem perder de vista a especificidade e a realidade do nosso país.

Por outro lado, é necessário avaliar o modo como são utilizados os recursos

financeiros que o Estado põe à disposição do sector. Peço a todos os gestores e aos gestores das Embaixadas, em particular, que façam um esforço permanente para gerirem de forma adequada, responsável e transparente o erário público, na esteira do rigor estabelecido para a execução do Orçamento Geral do Estado.

Senhor ministro, minhas senhoras e meus senhores, um dos importantes desafios que se colocam à política externa e à diplomacia angolana é o de promover e defender os interesses, o prestígio e a imagem do País junto da Comunidade Internacional.

Devemos continuar a desenvolver acções político-diplomáticas que conduzam ao desenvolvimento da Comissão do Golfo da Guiné, da Conferência dos Grandes Lagos e das Comunidades Económicas Sub-Regionais Africanas nas quais estamos inseridos, nomeadamente a SADC e a CEEAC.

Não nos esqueçamos que detemos a Presidência da CPLP por dois anos e que é nosso dever tudo fazer para que as deliberações desta Comunidade aprovadas na Cimeira de Luanda e de outras não aplicadas, sejam implementadas com êxito.

Neste contexto, temos de priorizar a concretização do programa para a Guiné Bissau e para adopção do português como língua de trabalho da Organização das Nações Unidas.

Devemos igualmente, dentro das nossas reais possibilidades, contribuir para a resolução dos problemas globais particularmente daqueles que afectam o nosso continente e assumirmo-nos simultaneamente como um factor de paz, segurança regional e mundial e agindo como parceiro justo disposto a partilhar interesses, a cooperar com vantagens recíprocas na construção de um mundo cada vez melhor.

Neste quadro é importante reforçar o papel do multilateralismo na resolução dos problemas universais, seguindo a lógica de um novo pensamento de responsabilidades e benefícios partilhados com base no reconhecimento dos legítimos interesses de todas as partes e na sua concertação com vista a serem encontradas soluções exequíveis.

Hoje, é cada vez maior o reconhecimento geral de que as instituições criadas há mais de 60 anos atrás, isto depois da II Guerra Mundial, carecem de reformulação e adaptação às novas realidades do mundo actual.

É assim necessário envolvermo-nos activamente neste processo de reforma e continuar a luta por uma participação efectiva e mais ampla de África no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no Fundo Monetário Internacional e nos órgãos informais como o G20, G8 e outros.

Senhores membros do Conselho Consultivo, exprimo a minha satisfação por terem tomado a iniciativa de, finalmente, realizarem esta reunião cujos resultados, estou certo, terão efeitos positivos no vosso futuro trabalho.

Muito Obrigado!

EMBAIXADOR BARRICA RECEBE HOMÓLOGO FINLANDÊS

O embaixador José Marcos Barrica, recebeu este mês, em audiência, o seu homólogo finlandês Asko Numminen, com quem abordou assuntos relacionados com o reforço das relações de cooperação entre Angola e a Finlândia. Durante o encontro, o embaixador finlandês informou que visitará, de 22 a 24, do corrente, Angola, para junto de altos representantes do Executivo angolano, apresentar a candidatura deste

país europeu a membro Não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2013 a 2014. Aproveitou a ocasião para felicitar Angola pela sua eleição ao Conselho dos Direitos Humanos da ONU, que contou com os votos da Finlândia. Por sua vez, o Embaixador Marcos Barrica agradeceu a Finlândia pelo apoio dado a Angola desde a época da luta armada de libertação nacional. ■



APOSTA NO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

O presidente da bancada parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, defendeu a afirmação e materialização dos ideais do socialismo democrático por parte de todos os militantes. Ao dissertar sobre o tema "Socialismo democrático e democracia política", durante a mesa redonda sobre a orientação ideológica do MPLA, o parlamentar recordou que o partido no poder se define, nos seus documentos orientadores, como sendo de esquerda, com tendência para o centro. Fontes Pereira definiu o socialismo democrático como uma ideologia que defende uma transição do capitalismo para o socialismo sem revolução

e associa as liberdades políticas e a economia de mercado aos valores do socialismo, tais como a solidariedade, a igualdade, e a justiça social.

Segundo ele, o MPLA é um partido de esquerda dinâmica, que consegue fazer adaptações à conjuntura do desenvolvimento da sociedade que está a ser construída. O orador disse que o MPLA se situa à esquerda, mas alguma prática aproxima-o de um partido de centro-esquerda, pelo facto de defender a economia de mercado e o papel regulador e orientador do Estado em relação ao mercado, mas também o papel do mercado para o desenvolvimento económico e social do País. ■

NAÇÕES UNIDAS ELOGIA O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL

A coordenadora residente do sistema das Nações Unidas em Angola, Maria Ribeiro, afirmou, em Luanda, que as organizações não-governamentais e a sociedade civil angolanas jogam um papel muito importante na luta contra a Sida, através do seu envolvimento na prevenção e apoio às pessoas vítimas da doença. Maria Ribeiro, que falava durante uma visita à Rede Angolana das Organizações de Serviços contra

a Sida (ANASO), sublinhou que as organizações da sociedade civil têm um papel determinante na agenda política de qualquer País. Durante a visita, a representante da organização mundial procurou auscultar as preocupações e os anseios das várias organizações que a ANASO congrega, tendo aproveitado a ocasião para reiterar o apoio da coordenação do sistema das Nações Unidas em Angola. ■

MINISTRO GEORGE CHICOTY ASSINA ACORDO EM TÓQUIO

O ministro das Relações Exteriores efectuou, este mês, uma visita de dois dias ao Japão, durante a qual assinou com o homólogo nipónico, o Acordo Geral de Cooperação e um memorando de entendimento sobre consultas políticas.

O Japão constituiu a segunda etapa de um périplo, que começou na Índia, passando pela Malásia e terminada em Singapura, que o chefe da diplomacia angolana efectuou na Ásia. A agenda da visita de George Chikoty constou encontros com a presidente da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Sadako Ogata, com o secretário-geral do Partido Democrático do Japão (PDJ), no poder, e com o presidente da Associação de Amizade Parlamentar Japão - União Africana, Yoshiro Mori, ex-primeiro-ministro japonês. Do programa constam,

igualmente, encontros com o director do Banco do Japão para a Cooperação Internacional (JBIC) e com a Comissão para a África Subsaariana da Nippon Keindanren (Federação Económica do Japão). Ainda em Tóquio, o ministro angolano das Relações Exteriores deve visitar os estúdios centrais da Cadeia de Televisão Pública do Japão (NHK) que, nos últimos três meses, exibiu vários programas sobre a nova fase de reconstrução de Angola. Uma entrevista ao "Asahi Shimbun", o segundo maior jornal do Japão, com uma tiragem de oito milhões de exemplares por dia, e visitas aos templos Kyomizu e Kinkakuji, na cidade de Kyoto, antiga capital do Japão, envolvem o programa da estada do ministro George Chikoty neste país asiático, a terceira maior economia do mundo. ■

MPLA LIDERA REFORMAS DEMOCRÁTICAS



O MPLA, enquanto partido no poder, deve manter a iniciativa das mudanças e reformas no País, defendeu o seu vice-presidente, Roberto de Almeida, durante a mesa redonda sobre a ideologia política do partido, realizada, este mês, no Centro de Convenções de Belas. Ao dissertar sobre o tema "Princípios e valores do socialismo democrático", Roberto de Almeida manifestou-se preocupado com o facto de muitos cidadãos perderem a noção dos valores morais e éticos, da solidariedade e do comportamento digno que sempre enformaram a sociedade angolana. A perda de valores, sublinhou, não eli-

mina apenas a solidariedade, como também deforma o futuro da pessoa humana. Cada vez mais, acrescentou, "os homens mostram menos solidariedade e se interessam mais por viver o presente, satisfazendo mais os seus desejos egoístas, pouco se importando com as gerações vindouras". A esse propósito, o vice-presidente do MPLA defendeu a consolidação do trabalho com vista ao reforço dos ideais do partido. Apontou igualmente a educação para a cidadania, a moralização da sociedade e a força do exemplo dos militantes como pedra basilar da acção do MPLA. ■



PRODUÇÃO NACIONAL MANTÉM OS NÍVEIS

O ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, participou, este mês, em Riad, Arábia Saudita, no Fórum Internacional de Energia. Botelho de Vasconcelos disse que a reunião se realizou em função da declaração de Cancun, México, rubricada no ano passado pelos ministros da Energia de vários países. O fórum integrou os países

produtores e consumidores de petróleo e os países que têm servido de passagem do petróleo. Segundo o ministro, o fórum congregou instituições como a Agência Internacional de Energia e a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e analisou as projecções da produção e da volatilidade dos preços do petróleo. Botelho

de Vasconcelos afirmou que outro objectivo do fórum foi melhorar o diálogo entre os países produtores e consumidores e as instituições internacionais, para que haja consensos nos assuntos sobre a energia. O fórum internacional de energia aproveitou a ocasião para celebrar com os países membros o 20º aniversário da sua criação. ■

MINA DE CASSINGA RETOMA PRODUÇÃO



O ministro da Geologia e Minas e da Indústria garantiu, no município da Humpata, que os trabalhos operacionais para exploração de ferro na mina de Cacinga têm visibilidade dentro de dois anos. Ao discursar no encerramento do 1º Conselho Consultivo Alargado do Ministério da Geologia e Minas e da Indústria, Joaquim David afirmou que a Ferrangol já começou a realizar os trabalhos de pré-preparação. “Estamos convencidos que este projecto vai trazer grandes benefícios à província, fundamentalmente na redução da pobreza, aumento de emprego, incremento das receitas fiscais e dinamização de outras actividades, como a dos transportes e portuárias”, declarou. Joaquim David

pediu solidariedade entre autoridades locais, empresários e trabalhadores nesta fase de arranque do projecto, localizado no município da Jamba, 315 quilómetros a leste da cidade do Lubango. Joaquim David, que visitou os projectos de prospecção de ouro e cobre, frisou que, apesar de estarem ainda na fase inicial, já se verifica “grande entusiasmo no sector”. “Os trabalhos de base estão a decorrer a bom ritmo, o que faz crer que nos próximos tempos vamos ter uma província vocacionada para actividade tradicional, que é agro-pecuária, e também para a mineira”, referiu. Durante o conselho consultivo, revelou, foram apresentados projectos de extracção de granito, na Huíla, e de cobre, no Uíge e no Zaire. ■

INVESTIMENTOS NA INDÚSTRIA RELANÇAM O SECTOR MINEIRO

O secretário de Estado para a Geologia e Minas, Mankenda Ambroise, apontou, no Lubango, o ouro, cobre, ferro e manganês como os recursos capazes de sustentar a diversificação mineira, para além dos diamantes, cujo tratamento é específico. Ao dissertar no Conselho Consultivo Alargado do Ministério de tutela, o governante informou que as perspectivas apontam para uma diversificação e relançamento das actividades geológicas e minerais num ritmo acelerado, capaz de permitir o alcance de objectivos preconizados pelo executivo para 2011 e 2012. De acordo com o secretário de Estado, a implementação da diversificação da indústria mineira requer valorização dos recursos minerais não diamantíferos, permitindo ao País uma posição de destaque ao entrar numa nova era de desenvolvimento sustentável. Mankenda Ambroise salientou que a política de desenvolvimento sustentável constitui um desafio político através do



qual se conjugam esforços, no sentido de se erradicar a pobreza. O secretário de Estado defendeu a necessidade de implementação do regulamento da exploração artesanal diamantífera. Afirmou que o aprovisionamento das matérias-primas de origem mineira para a indústria transformadora local, construção civil e obras públicas, constitui prioridade do Executivo. Até 2012, salientou, pretende-se promover o desenvolvimento da indústria mineira, visando a produtividade e competitividade internacional, integração no processo regional e reduzir os efeitos adversos sobre o ambiente. ■

FRONTEIRAS MARÍTIMAS COM APOIO PORTUGUÊS

Angola e Portugal assinaram, em Luan- da, no quadro das relações bilaterais, um acordo sobre processos de delimitação de fronteiras. O acordo foi assinado pelo vice-ministro da Defesa Nacional, almirante Gaspar Santos Rufino, e pelo secretário de Estado de Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar de Portugal, Marcos Perestrello. O almirante Gaspar Santos Rufino sublinhou que a assinatura do acordo é importante e enriquece, ainda mais, a cooperação entre os dois países. O vice-ministro agradeceu a disponibilidade de Portugal em partilhar a experiência e considerou que os conhecimentos daquele país nos domínios da reparação e construção naval vão ser bem

aproveitados por Angola. O secretário de Estado português afirmou que o acordo visa a cooperação entre os dois países nos processos de delimitação de fronteiras marítimas e de extensão da plataforma continental angolana. Marcos Perestrello referiu que Portugal já desenvolveu e apresentou às Nações Unidas a sua proposta de extensão marítima e está disponível a partilhar experiências e a colocar os seus conhecimentos e meios ao serviço do Executivo angolano. O político português disse esperar que o acordo alargue a cooperação bilateral no domínio da reparação e construção naval, “sectores em que Portugal possui muita experiência”. ■

ENERGIA E ÁGUAS

EMANUELA VIEIRA LOPES ANUNCIA NOVOS PROJECTOS

Algumas estruturas públicas em 12 províncias vão beneficiar de sistemas solares, no quadro da política do Executivo de energias limpas, revelou, em Luanda, a ministra da Energia e Águas, Emanuela Vieira Lopes, que explicou que entre as estruturas constam administrações, postos policiais, escolas, centros médicos e sistemas de bombagem de água. O projecto vai ser executado em 36 localidades das províncias do Bengo, Bié, Huíla, Huambo, Kuando Kubango, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Moxico, Uíge e Zaire. Emanuela

Vieira Lopes, que falava na 1ª Conferência Nacional sobre Energias Limpas, que decorreu sob lema “Electrificar Angola, Conservando o Ambiente”, anunciou, para breve, o lançamento de concursos públicos para estudos preliminares e de viabilidade técnica e económica para a construção de mini-aproveitamento hidroeléctricos. A conferência, que contou com a presença do secretário de Estado dos Negócios estrangeiros da Noruega, Erik Lahnstein, foi uma organização conjunta com a Embaixada daquele país em Angola. ■

BTL 2011
FEIRA INTERNACIONAL DE TURISMO
INTERNATIONAL TOURISM EXHIBITION

BOLSA
DE TURISMO
DE LISBOA - 2011

ANGOLA PROCURA MAIS PARCEIROS

O vice-ministro angolano do Turismo, Paulino Baptista, considerou positiva a participação do País na Bolsa de Turismo de Lisboa 2011 – Feira Internacional de Turismo, realizada em parceria com a Turismo Centro de Portugal, entre 23 e 27 de Fevereiro, no Parque das Nações, em Lisboa. Durante os cinco dias do certame, Angola fez-se representar mais de 30 operadores do ramo hoteleiro e de agências de viagem, possibilitando firmar parcerias de investimentos e financiamentos,

capazes de aumentar a importância económica do turismo. No certame Angola apresentou as zonas turísticas e outros encantos naturais como as Fendas de Tundavala e Serra da Leba, na província da Huíla, as Quedas de Calandula, de Mussequelle e Pedras de Pungo Andongo (Malanje), as Quedas do Mupa (Huambo), as Cachoeiras do Binga (Kwanza Sul). Além destes, elementos típicos da cultura, fauna e flora angolanas, alguns recursos naturais e monumentos históricos, tais como a

figura do pensador (símbolo originário da cultura Tchokwé), a Palanca Negra Gigante, o embondeiro e outros símbolos de interesse turístico estiveram patentes no evento, através de cartazes, postais, fotografias e guias turísticos. Durante a feira, foi também promovida a cultura, com peças de artesanato e danças, os hotéis, restaurantes e sítios, assim como trocar experiência com investidores e turistas de países dos continentes africano, europeu, americano e asiático”. ■



À margem da Feira Internacional do Turismo, o vice-ministro visitou ainda vários empreendimentos turísticos da Tróia, particularmente a Sonae Turismo. A península de Tróia é uma faixa de areia situada a sul de Setúbal, entre o Estuário do Sado e o Oceano Atlântico, com cerca de 17 Km de comprimento e 1,5 Km de largura. ■

JMPLA EM LOURES ANGARIA DONATIVOS

O núcleo da JMPLA de Loures organizou, recentemente, um jantar de beneficência, que serviu para angariar donativos para serem enviados para o País, tendo se registado “uma forte adesão por parte da comunidade angolana em Portugal”, segundo o seu organizador e coordenador da JMPLA naquela circunscrição, David Goubel. Para ele, a iniciativa visou alertar a juventude

angolana para uma participação em causas sociais para uma nova perspectiva juvenil, tal como defende a própria JMPLA. Como resultado da actividade, foram já enviadas para o País “elevada quantidade de material escolar e roupas, destinados ao Lar kuzola, em Luanda. A iniciativa foi apoiada pelo secretariado da JMPLA em Portugal, Rui Machado. ■



OMA EM PORTUGAL

DEOLINDA GARRIDO ELEITA NOVA SECRETÁRIA EXECUTIVA

O Comité da Organização das Mulheres Angolanas (OMA) em Portugal elegeu, este mês, uma nova secretaria executiva, no termo da IV Assembleia de Balanço e Renovação de Mandatos, realizada em Lisboa. Trata-se de Deolinda Garrido, que será coadjuvada por Fibe Cambuandy, igualmente nova secretária para a Organização, Finanças e Quadros. Orientada pela secretária geral adjunta da organização feminina do MPLA, Alice Dombolo, membro do seu Comité Central, a Assembleia elegeu, ainda, Júlia Pascoal, para secretária para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher, e Zulmira Casimiro, secretária para a Solidariedade e Aconselhamento Jurídico, bem como Elisa Vaz para coordenar a Comissão de Auditoria

e Disciplina. A Assembleia elegeu também o novo Comité, integrado por 25 membros, assim como duas delegadas ao V Congresso da OMA, que terá lugar em Luanda de 27 de Fevereiro a 2 de Março, sob o lema “Mulher Angolana - Unida pela Igualdade e Desenvolvimento. A Assembleia aprovou o Plano de Acção para o próximo quinquénio, bem como uma moção de apoio ao Presidente José Eduardo dos Santos pela forma “exemplar” como tem dirigido o MPLA e os destinos do País.

No discurso de encerramento, Alice Dombolo apelou à unidade e mobilização de militantes, não só quantitativa mas também qualitativa, e a necessidade do estudo permanente dos principais documentos da OMA e do MPLA. ■

MERENDA ESCOLAR BENEFICIA 100 MIL CRIANÇAS EM LUANDA

A direcção de Luanda da Educação planifica, para o presente ano lectivo, beneficiar cem mil crianças por dia com a merenda escolar no ensino primário em instituições públicas. O director provincial da Educação, André Soma, fez saber que o plano vai abranger os nove municípios de Luanda, com destaque para as zonas suburbanas. “Esta acção é uma aposta

do governo para este ano, actualmente o governo provincial já tem disponíveis os valores monetários necessários para serem encaminhados às administrações municipais”, explicou. Disse que com a introdução da merenda escolar no ensino primário, se pretende contribuir para o aumento do grau de aproveitamento escolar e diminuir as desistências. ■



CONSTRUAMOS UMA ANGOLA PRÓSPERA

MPLA EM PORTUGAL ASSINALA LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

O Comité do MPLA da Comunidade angola em Portugal assinalou, no dia 4 de Fevereiro, o quinquagésimo aniversário do início da Luta Armada de Libertação Nacional, que este teve como lema “Com o espírito do 4 de Fevereiro – construíamos uma Angola próspera e moderna”.

No seu discurso de abertura para assinalar o acto, marcado pela apresentação do livro sobre o Comité da Comunidade do MPLA em Portugal e por uma palestra intitulada “A Juventude Perante o 4 de Fevereiro”, proferida por Fibe Cambuandy e moderada por João Augusto da Costa, a primeira secretária do Comité do MPLA da Comunidade em Portugal, lembrou que a data recorda a bravura dos combatentes revolucionários que, no dia 4 de Fevereiro de 1961, pegaram em catanas para dar início à Luta Armada de Libertação Nacional, sob a liderança do MPLA. “Foi há 50 anos, na madru-

gada de 4 de Fevereiro, que um grupo de destemidos nacionalistas angolanos, afectos ao MPLA, comandados pelo saudoso camarada Paiva Domingos da Silva de catanas na mão, atacou as cadeias de Luanda e outras instituições do então regime colonial português, como a Emissora Oficial, com o objectivo de libertar os presos políticos, encarcerados pela PIDE e mostrar ao mundo que os angolanos, em torno do MPLA, tinham iniciado a luta armada contra o colonialismo português” disse Rosa de Almeida, acrescentando que “as difíceis condições a que estavam sujeitos os angolanos na generalidade

e particularmente os massacres e as torturas a que estavam submetidos os presos políticos, pela única razão de reivindicarem a liberdade para o seu povo, criaram na população o sentimento de revolta e foram as condições que levaram ao desencadear da Luta Armada, já que o regime colonial fascista português recusava-se a dialogar com o movimento de Libertação Nacional. “A data, como salienta o Bureau Político do MPLA, numa declaração sobre a data, figura na história do País com letras de ouro, por assinalar o ponto de partida de uma longa e heróica luta, empreendida por nacionalistas

angolanos, contra o regime colonial português e que culminou a 11 de Novembro de 1975, com a proclamação da Independência Nacional”. Segundo ainda a também membro do Comité Central do MPLA, “ao comemorarmos o 4 de Fevereiro, estamos também a prestar homenagem a todos aqueles que naquela madrugada, se entregaram à causa, bem como aos que nas cadeias eram o símbolo da luta, farol da bravura dos nossos combatentes, constituindo-se no exemplo inapagável, e a prestar homenagem a todos os filhos de Angola que participaram, apostaram e contribuíram para fazer de Angola um país próspero, onde cada angolano se sinta digno e possa viver em paz”.

DIREITO À ANGOLANIDADE

Rosa de Almeida referiu ainda que “se a acção do 4 de Fevereiro de 1961 é demonstrativa do inconformismo dos angolanos em relação ao colonialismo, se significa a sua rejeição total do regime que nos sonheava os mais elementares direitos cívicos e humanos, nomeadamente o direito à angolidade, hoje a nossa acção centra-se na reconstrução do País e na defesa do valor inquestionável que é paz”. Nesse sentido, e sob a bandeira do MPLA, partido que tem no Socialismo Democrático, o seu enquadramento ideológico, devemos celebrar o 4 de Fevereiro, com olhos postos no futuro, redobrando os nossos esforços, apoiando os desafios da reconstrução do país e consolidação do nosso processo democrático.” ■



MOÇAMBIQUE ELOGIA ANGOLA PELA ACÇÃO NO COMBATE À POBREZA

A ministra moçambicana da Administração Estatal, Carmelita Namashulua, louvou o empenho do Governo angolano na solução dos problemas das comunidades rurais, particularmente o programa de combate à fome e à pobreza. No quadro da sua visita ao País, Carmelita Namashulua disse que o seu país tem as mesmas características de governação de Angola, sobretudo no quadro de solução dos problemas que afectam as comunidades. Os ideais das independências dos

dois países, sublinhou, são os mesmos, a paz e o bem-estar da sociedade. A ministra moçambicana, que referiu a importância de se criarem condições para as comunidades poderem produzir e criar riqueza, enalteceu os esforços do Executivo na construção de infra-estruturas sociais, como escolas, centros hospitalares e casas para quadros. “Espero que os laços de cooperação entre os dois países sejam contínuos, de forma a fortalecerem a nossa amizade”, disse. ■

ANGOLA PRESENTE NO FÓRUM SOBRE AMBIENTE

Angola participou na 26ª sessão do Conselho de Governação do Fórum Global Ministerial sobre o Ambiente, este mês, em Nairobi, Quênia. O encontro analisou o orçamento do Conselho, o programa de trabalho para o biénio 2012-2013 e o estado de implementação da economia verde. O evento foi organizado pelos escritórios das Nações

Unidas em África, onde Angola tem como seu representante permanente o embaixador Ambrósio Lukoki. Constatou da agenda matérias relativas ao estado internacional do ambiente, a gestão e sustentabilidade para a mudança para a economia verde, o futuro do ambiente, bem como a gestão do ambiente em tempos de crise. ■





JMPLA FESTEJA 4 DE FEVEREIRO

O Comité da JMPLA em Portugal festejou, entre o passado dia 29 de Janeiro e 12 de Fevereiro, o início da Luta Armada em Angola, sob o lema "A Juventude na Diáspora e o 4 de Fevereiro". Depois de a cidade de Faro ter sido palco de uma palestra sobre a efeméride, proferida pelo primeiro secretário

da organização juvenil do MPLA em Portugal, Rui Machado, a Faculdade de Direito de Lisboa acolheu, uma palestra sobre a Constituição Angolana, proferida pelo jurista angolano João Damião, da qual tomaram parte maioritariamente estudantes universitários angolanos em Portugal. Do programa do 4 de Fevereiro,

constaram a realização de um acto central das festividades com militantes do MPLA em Lisboa, contando-se ainda uma palestra sobre a data, cujos prelectores, foram, entre outros, o professor universitário e político Mário Pinto de Andrade, e o deputado da bancada do MPLA na Assembleia nacional, João Pinto.

As actividades, terminadas a 12 de Fevereiro, na cidade de Coimbra, foram marcadas com a realização de actos recreativos e desportivos, destacando-se, entre outras, a realização de uma partida de futebol salão entre funcionários do corpo diplomático e o corpo consular, assim como uma mega festa. ■







UNESCO APRECIA PROJECTO DE ANGOLA

Angola apresentou oficialmente à UNESCO a sua candidatura para acolher o Centro de Excelência para a Formação em Ciências da Terra e Sustentabilidade em África. O documento foi entregue, em Paris, pela ministra do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Cândida Teixeira, à directora-geral da UNESCO, Irina Bokova, na sede daquela organização. Cândida Teixeira disse estarem criadas as condições para a instalação, a partir de Novembro, do centro que vai formar quadros angolanos e de países africanos vizinhos. "Acredito que vamos formalizar esse acordo e que Angola vai albergar o primeiro centro de formação de excelência de phd's no continente africano, em geociências: geologia, sismografia, dentre outras, inicialmente com 20 candidatos anuais", sublinhou a ministra momentos antes do encontro. O Banco Espírito Santo Angola (BESA) é o principal patrocinador do projecto, tendo cedido as instalações e assumido o financiamento necessário para o seu início. Cândida Teixeira anunciou que as universidades Agostinho Neto (Angola) e de New Castle (Inglaterra) são, igualmente, parceiros do projecto e vão prestar apoio científico na formação de quadros. O Grupo Africano na UNESCO já felicitou a iniciativa e prometeu apoios para o projecto, que vai catapultar África para outros patamares no domínio da investigação científica. ■

COMUNICAÇÃO SOCIAL REITERA EMPENHO NA MODERNIZAÇÃO

A ministra da Comunicação Social reafirmou, em Malanje, a disponibilidade do Executivo em transformar o sector num instrumento moderno, capaz de unir os angolanos e ajudar no desenvolvimento do País. Carolina Cerqueira, que falava na inauguração do Centro de Produção da TPA, disse que o Executivo está apostado na modernização e melhoria dos serviços públicos de Comunicação Social. A inauguração do Centro de Produção da TPA, referiu, enquadra-se na implementação da es-

tratégia da Comunicação Social aprovada, no ano passado, pelo Executivo, que tem o objectivo de modernizar o sector em todo o País. "Depois do Centro de Produção de Luanda, que está na fase final, este é o segundo que a TPA vai gerir com rigor", afirmou, acrescentando: "Pensamos que o cruzamento de informação que vem das províncias vizinhas, sobretudo da Lunda-Sul e do Kwanza-Norte, vai ser um potencial na melhoria da comunicação social a nível do país e permitir

que os povos desta região se unam pelos mesmos objectivos", referiu.

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

A ministra anunciou, para este ano, a abertura de duas rádios comunitárias na província de Malanje: "Já identificamos uma área no município da Marimba para instalarmos uma rádio e vamos trabalhar com o governo provincial para identificarmos a outra zona". O presidente do Conselho da Administração da TPA declarou que a inauguração do



Centro Produção ocorre num momento em que o país vive acentuadas mudanças, fruto dos investimentos realizado pelo Executivo. ■

ROTARY INTERNATIONAL NA LUTA CONTRA A PÓLIO

O Rotary International vai aumentar os apoios a Angola e reforçar as parcerias com os governos provinciais na luta contra a poliomielite para atingir as localidades mais recônditas do País, disse o seu presidente, Ray Klinginsmith, que fez a afirmação à saída da audiência que lhe foi concedida pelo vice-presidente da República. Garantiu que o Rotary Internacional vai fornecer apoio material e financeiro para a erradicação da poliomielite em Angola. Na luta contra a doença, acrescentou, o Rotary International conta com o apoio da OMS, UNICEF, Fundação Bill e Melinda Gates e outras organizações humanitárias. O Rotary Internacional é uma organização de profissionais e líderes de negócios que prestam serviços humanitários e fomentam a ética



em todas as profissões. O primeiro Rotary Club foi fundado, em 1905, na cidade de Chicago, pelo advogado Paul Percy Harris e mais três homens de negócios, o engenheiro de minas Gustav Loehr, o alfaiate Hiran Shorey e o comerciante de carvão Silvester Schiele. ■

EDUCAÇÃO ABRE MILHARES DE VAGAS PARA PROFESSORES

O Ministério da Educação tem 29 mil vagas para professores, do ensino primário ao II ciclo do ensino secundário, incluindo escolas de formação de docentes, politécnicas e agrárias. O concurso público se vai estender até Março, adiantou que, para o presente ano, o processo é extensivo aos candidatos que tenham concluído a Escola de Formação de Professores, Magistério Primário, ADPP e cursos superiores do ISCED. O concurso, de uma forma genérica, disse, é aberto, tendo em consideração as necessidades no quadro docente para o país, o número de crianças que atingem a idade escolar e as que terminam o ensino primário e passam para o primeiro ciclo. "Em função das novas escolas construídas para o primeiro e segundo ciclos, houve a necessidade de recrutar mais docentes, acentuou. O processo, recordou, começou com um despacho que atribui as quotas por províncias e o concurso

é da competência dos Ministérios da Administração do Território, da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e das Finanças. ■





Por ELISEU GONÇALVES FRANCISCO*
eliseu2003@yahoo.com.br

O Poder Legislativo Angolano (Assembleia Nacional) aprovou a Lei nº 20/10, de 7 de Setembro, Lei da Contratação Pública (LCP), que entrou em vigor no dia 6 de Dezembro de 2010, por força do artigo 364º da LCP, com propósito e objectivo de regular materialmente o regime jurídico dos contratos públicos que, a par Lei de Proibição Pública, visa influenciar positivamente a gestão da coisa pública, especialmente no que concerne a aquisições de bens e serviços e do relacionamento do Estado com os seus parceiros do mercado de fornecimento de bens e serviços.

Como prometido e frisado na anterior edição, tendo em conta o interesse público da lei, por razões de economia de espaço, não foi possível comentar a LCP em tal edição, assim, cumprindo a promessa, fazemo-lo nesta edição e na próxima, abordando os aspectos técnicos jurídicos e o impacto da LCP nas políticas e finanças públicas.

O Título I define os princípios gerais da Lei 20/10, de 7 de Setembro, que objectivamente é o regime jurídico aplicável à contratação pública de empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens móveis e imóveis, aquisição de serviços e, é ainda aplicável, à formação das concessões de obras públicas e de serviços públicos.

O regime jurídico do artigo 3º da LCP define:

- **Empreitada de obras públicas**, o contrato que tenha por objecto quaisquer obras de construção ou de concepção e de construção, de reconstrução, de ampliação, de alteração, de reparação, de conservação, de limpeza, de restauração, de adaptação, de melhoria e de demolição de bens imóveis, a realizar por conta de uma entidade pública contratante, mediante o pagamento de um preço (*neste contrato o dono da obra é a entidade adjudicante do Estado, que assume a responsabilidade financeira e técnica da empreitada e o executor da empreitada ou obra fica obrigado a cumprir as especificações técnicas e o tempo de entrega, como descritos no caderno de encargos, que em regra é um anexo do contrato*);

- **Locação de bens móveis e imóveis**, o contrato pelo qual um locador se obriga a

ANGOLA

REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (II)

A lei da contratação pública (LCP) é um documento sistemático, emanado pelo poder legislativo angolano (assembleia nacional) cujo objecto material define, disciplina e regula as formas de actuação e procedimento dos agentes do estado angolano com poder de contratar, e quando contratam bens ou serviços, em nome e interesse deste (estado), não sem defraudar a prossecução do interesse público. A lei da contratação pública (LCP) complementa-se e reforça as premissas da lei de probidade pública (LPP), porque, ambas obrigam que todos os órgãos de soberania e de administração pública e seus agentes adoptem uma conduta de retidão, lisura, transparência, responsabilidade, lealdade, respeito na gestão e administração de todas actividades públicas.

proporcionar a uma entidade pública contratante o gozo temporário de bens móveis ou imóveis, mediante retribuição, podendo tomar a forma de aluguer, de arrendamento, de locação financeira ou de locação que não envolva a opção de compra dos bens locados (*neste contrato a entidade contratante, pelo gozo temporário de um bem móvel ou imóvel, paga uma prestação financeira por lapso temporais, em razão de um arrendamento (imóveis) locação (móveis) locação financeira, mas sem estar obrigado a adquirir os bens locados (leasing)*)).

- **Aquisição de bens móveis e imóveis**, o contrato pelo qual uma entidade pública contratante compra bens móveis ou imóveis a um fornecedor (*neste contrato, a entidade compra os bens móveis ou imóveis pagando um determinado preço*);

- **Aquisição de serviços**, o contrato pelo qual uma entidade pública contratante adquire a prestação de um ou vários tipos de serviços mediante pagamento de um preço (*neste contrato a entidade adjudicante do Estado, define o serviço ou serviços que pretende contratar e o prestador ou fornecedor de serviços fica obrigado a cumprir as condições acordadas e descritos no caderno de encargos, que em regra é um anexo do contrato, devendo a entidade contratante assumir e garantir a responsabilidade financeira e pagamentos pelos serviços contratados*).

- **Acordo-quadro**, o contrato entre uma ou várias entidades adjudicantes e um ou mais empreiteiros, fornecedores de bens ou prestadores de serviços, com vista a fixar os termos e as condições dos contratos a celebrar, durante um determinado período, nomeadamente em matéria de preços e, se necessário, de quantidades (*trata-se de um contrato cimeiro ou contrato regulador, cujas as regras são aplicáveis a futuros contratos, por outras palavras, define que os contratos a celebrar no futuro, serão feitos nos termos pré-definidos nas regras do acordo-quadro*).

- **Contrato público de aprovisionamento**, contrato de empreitada ou de aquisição de bens e serviços, celebrado na base de um acordo-quadro (*é um contrato específico e de continuidade, clausulado com base nas regras pré-definidas do acordo-quadro*);

- **Concessão de obra pública**, o contrato pelo qual o co-contratante, concessionário, se obriga, perante uma entidade pública contratante, concedente, à execução ou à concepção e execução, de uma obra pública, mediante a contrapartida da exploração dessa obra, por um determinado período de tempo (*neste contrato o dono da obra é a entidade adjudicante do Estado, que define a responsabilidade financeira e técnica da empreitada e o executor da empreitada ou obra fica obrigado a efectuar a obra, por sua conta e risco assumindo toda responsabilidade financeira inerente a empreitada mas sem exonerar-se do cumprimento escrupulosos das especificações técnicas e tempo de construção e entrega da mesma, como descritos no caderno de encargos, que em regra é um anexo do contrato, exemplo: O Estado pretende construir uma auto-estrada e não tem capacidade para o fazer, mas como se trata de um bem público, após construído é sempre o dono do equipamento social, assim o executor não recebe nenhuma compensação financeira junto da entidade adjudicante na fase da sua execução, tem como contrapartida a exploração do equipamento social durante um determinado lapso de tempo, isto é, constrói o equipamento e o explora durante um tempo definido e é dessa exploração que obtém o retorno do capital investido acrescidos de mais valias (lucros)*)). Este tipo de contratos é uma forma de o Estado financiar-se e obter equipamentos públicos através de capitais privados, isto é, são as chamadas PPP (parcerias público privadas), que em regra são reguladas por um regime jurídico próprio.

- **Concessão de serviço público**, o contrato pelo qual o co-contratante, concessionário, se obriga, perante uma entidade pública contratante, concedente a gerir, em nome próprio e sob sua responsabilidade em respeito pelo interesse público, por um determinado período de tempo, uma actividade de serviço público, sendo remunerado ou directamente pela entidade pública contratante concedente ou através da totalidade ou parte das receitas geradas pela actividade concedida (*neste contrato os serviços são da responsabilidade do Estado e o executor gere o serviço público, por sua conta e risco assumindo toda responsabilidade financeira*).

inerente ao serviço sem exonerar-se do cumprimento escrupuloso do objectivo e interesse público, por um lapso de tempo definido, como descritos no caderno de encargos, que em regra é um anexo do contrato, sendo remunerado regularmente pela entidade concedente ou através da totalidade ou parte das receitas geradas pela actividade concedida, exemplo: O Estado pretende gerir com maior eficiência os serviços de água e saneamento, que é sua responsabilidade junto dos interessados, o concessionário fica responsável junto do Estado e recebe uma compensação financeira junto deste durante o período da exploração, que pode ser a totalidade ou parte dos valores monetários provenientes da actividade concedida). Este tipo de contratos é uma forma do Estado promover eficiência e eficácia ao funcionamento e prestação de muitos serviços públicos através da capacidade de gestão privada e enquadra-se no âmbito das PPP (parcerias público privadas), que em regra, como já frisado, são reguladas por um regime jurídico próprio.

A LCP é aplicável ao Titular do Poder Executivo e demais Órgãos da Administração Central e Local do Estado (Chefe do Governo, Ministros, Directores Centrais ou Nacionais, Governos Provinciais e Direcções Provinciais e Municipais); Assembleia Nacional; Tribunais e Procuradoria-Geral da República; Autarquias Locais (Administração Municipal e Comunal); Institutos Públicos; Associações Públicas e Empresas Públicas (quando financiadas integralmente pelo OGE)). ■

¹ No contrato de leasing o locatário pode adquirir os bens pagando um valor residual do bem.

² Os Governos Provinciais são órgãos locais de representação do Governo Central, não entram na categoria de autarquias locais (errado, na nossa opinião, deveria ser um órgão intermédio com poder próprio (poder provincial/regional) e derivado estritamente da lei, sem prejuízo da tutela da legalidade do Governo Central, porque o dinamismo da governação moderna assim o exige).

² Orçamento Geral do Estado

(*) - Mestre em Direito das Empresas
Licenciado em Direito

- Pós-graduado em Empreendedorismo Social
- Membro da Ordem dos Advogados Portugueses
- Investigador de Finanças e Políticas Públicas

Com objectivo de prestar um serviço cívico a comunidade angolana e a todos os nossos leitores, o nosso jornal passa a ter uma página reservada a consultoria jurídica, onde qualquer leitor terá e poderá expor as suas dúvidas jurídicas sobre qualquer assunto de e no seu interesse, cuja resposta será dada de forma oportuna.

O consultório jurídico está ao dispor de qualquer interessado ou cidadão que pretenda ser esclarecido sobre questões nas várias especialidades de direito e é coordenado pelo Dr. Eliseu Gonçalves Francisco*, que seleccionará os factos mais relevantes, estabelecendo prioridades nas respostas.

Os nossos leitores, ao exporem as suas dúvidas, deverão indicar o nome, morada completa, email (se tiver) e telemóvel, para que as questões suscitadas tenham resposta célere.

Dito isto, excelentíssimos leitores, a partir de agora exponha as suas dúvidas por carta ou email nos seguintes endereços:

Jornal Mwangolé (Embaixada de Angola)
Av. Da República nº 68
Email: meuadvogado@aeiou.pt

Todas as questões, após devida análise, concluir-se que são do interesse público, as respostas serão publicadas nesta página, cujos sujeitos (nomes) referidos serão fictícios, por razões de privacidade dos seus intervenientes.

(*) Licenciado em Direito, Membro da Ordem dos Advogados Portugueses, Mestre em Direitos das Empresas e Pós Graduado em Empreendedorismo Social.

DOM G LANÇA "NOVA VIBE"

O músico angolano Dom G lançou, no princípio deste mês, o seu novo disco, intitulado "Nova Vibe", com estilos variados. Em declarações ao "Mwangolé", Dom G disse que, actualmente, se dedica à promoção desse novotrabalho, através de espectáculos em Portugal, incluindo "shows" em discotecas e festivais, assim como aperições em alguns programas de televisão e rádio portugueses. Residente em Portugal desde 1995, e integrando o grupo "Força Suprema", em 2009, lançou o seu trabalho intitulado "Um passo à frente". Como artista a solo já trabalhou com vários no-

mes da música africana e não só, entre eles, Flow 212, Hêlvio, Don-Kikas, Puto Prata, Daniel Nascimento, Pongo Love (Buraka Som Sistema) e Makongo. Partilhou também grandes palcos com artistas como Camané (Fado), Bonga, Irmãos Verdade e Delfins (2006). Como grupo foram a cara do referendo da campanha "Não ao Aborto", em Portugal. Com várias aparições em TV's portuguesas, como banda sonora de alguns filmes como "Anjo Caído" e "Zona J", estes serviram para um salto positivo na sua carreira. Em 2005, o grupo ficou em terceiro lugar dos 40 mais ouvidos da "Cidade FM". ■



CARNAVAL

MINISTRA DA CULTURA QUER ENTRUDO NOS BAIRROS



A ministra da Cultura disse ser necessário reforçar, nas próximas edições do Carnaval, o trabalho entre os grupos carnavalescos e as administrações municipais e comunais, para a festa ser feita a partir dos bairros. Rosa Cruz e Silva, que assistiu à homenagem ao grupo União 10 de Dezembro, realizada no Centro Recreativo e Cultural Kilamba, realçou o esforço empreendido pelo Ministério da Cultura na criação de condições aos grupos carnavalescos para os incentivar a continuarem a trabalhar. "Os grupos estão mais animados, temo-los

apoiado e incentivado a continuarem a preservar as danças e músicas", disse. O governador de Luanda, José Maria dos Santos, defendeu também a continuidade dos incentivos financeiros aos grupos para os jovens não deixarem de dançar o Carnaval e os mais velhos passarem a acreditar que o importante é transmitir os conhecimentos às novas gerações. O secretário-geral da Associação Provincial do Carnaval de Luanda, António de Oliveira, recordou que a homenagem é o reconhecimento feito aos grupos por ajudarem a manter a festa do Carnaval. ■

Feel Good Club

SUSSUSSÚ

COM A QUALIDADE DO SEMBA

"FEEL GOOD CLUB SUSSUSSÚ"

NOVO ESPAÇO DE DIVERSÃO ANGOLANO

Feel Good Club Sussussú" é o espaço que os apaixonados e amantes da boa música angolana, acaba de abrir em Lisboa, contribuindo para a confraternização aos ritmos quentes e tropicais de Angola. Qualidade, requinte e glamour são para já sinónimos de sucesso, o que obriga a uma selecção privilegiada dos seus associados e potenciais clientes. O espaço comporta zonas reservadas e "Vip" para associados com cartões "platina" e "gold", sendo que a lotação máxima do espaço é de 160 pessoas. O Club funcionará

com "matinée" e "soirée", onde o traje clássico ou formal é obrigatório, oferecendo também um serviço personalizado e profissional a todos os seus clientes e associados. Sendo que a música é um dos factores culturais de união entre povos, a gerência do clube (a cargo da dupla Milay Xavier/Mané Furtado) convidam os angolanos e amigos de Angola a fazer parte do mesmo. O referido club conta já com o apoio da LS Music – Sucursal em Portugal, que considera dar, assim, um modesto contributo á cultura nacional. ■

CUBA DÁ FORMAÇÃO A BIBLIOTECÁRIOS

Um memorando de entendimento entre as bibliotecas nacionais de Angola e de Cuba, visando principalmente a área de formação de quadros angolanos, foi assinado, nas instalações da Biblioteca Nacional de Cuba, em Havana. Pela parte de Angola rubricou o documento Francisco Dias Soares da Costa, director do Gabinete de Intercâmbio Internacional do Ministério da Cultura, e pela de Cuba Eduardo Torres Cuevas, director da Biblioteca José Martí. As partes consideraram o acordo cultural de âmbito bibliotecário muito benéfico, manifestando total entrega na união de esforços e recursos para fortalecer a cooperação técnica entre as duas bibliotecas. O acordo prevê a

promoção de um activo intercâmbio de publicações bibliográficas de interesse mútuo, a realização de dois cursos por ano de habilitação para bibliotecários angolanos em Cuba e a viabilização de acções de formação de técnicos bibliotecários em Angola. De acordo com as cláusulas do memorando, assinado no âmbito da visita a Cuba da ministra da Cultura, Rosa Cruz e Silva, para a sua implementação vai ser elaborado pelas partes um programa executivo. "O cumprimento dos objectivos do presente memorando é da responsabilidade de ambas as partes e as acções a serem cumpridas pela parte cubana serão implementadas pela Antex", lê-se no documento. ■

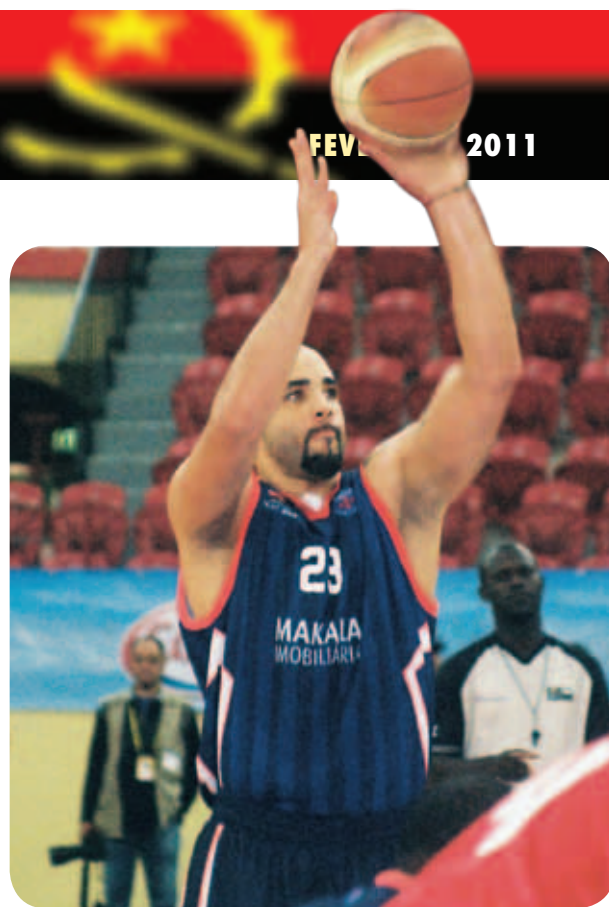


TAÇA COMPAL EM BASQUETEBOL

1º DE AGOSTO ARRASA LISBOA

O 1º de Agosto vergou, em partida de decisão do título da Supertaça Compal em basquetebol seniores masculinos, o F C Porto, por 96 - 87, no Pavilhão da Praça de Touros do Campo Pequeno, em Lisboa. No melhor da sua forma desportiva, e com os preceitos táticos e técnicos do basquetebol a serem cumpridos quase que escrupulosamente, circulação de bola, bloqueio, passe, recepção e lançamento próximo dos 18 a 20 segundos de posse de bola no ataque, o 1º de Agosto fez jus ao estatuto de tricampeão angolano e tetracampeão africano de clubes. Os militares, sob o comando do português Luís Magalhães, não deram tréguas aos portistas impondo-lhes inúmeras dificuldades,

desde a circulação de bola até à finalização com êxito nos lançamentos. O poste Felizardo Ambrósio, eleito jogador mais valioso da prova, MVP, foi também o melhor jogador do jogo, com 40 pontos de valorização. Em 38:42 minutos dentro do rectângulo, o poste marcou 31 pontos. O Recreativo do Libolo garantiu, apesar de tudo, com cinco pontos, a segunda posição na Supertaça Compal, mercê da difícil vitória diante do Sport Lisboa e Benfica, por 109-107, em jogo pontuável para a terceira e última jornada do torneio. Os libolenses conseguiram o triunfo no prolongamento de cinco minutos, após igualdade a 100 pontos, no final dos 40 minutos regulamentares. ■







COM CLÁUSULA DE RESCISÃO DE 30 MILHÕES DE EUROS

"PALANCA NEGRA" DJALMA NO FC PORTO...

O FC Porto garantiu a contratação de Djalma para as próximas cinco épocas, num acordo válido a partir da próxima temporada. Em final de contrato, e tal como estipulam os regulamentos, o avançado do Marítimo era livre para escolher o destino e, apesar dos vários convites que recebeu, aceitou a proposta dos portistas,

que incluíram no acordo uma cláusula de rescisão de 30 milhões de euros. A pouco mais de dois meses de completar 24 anos, o internacional angolano chega ao Dragão sem qualquer contrapartida para o Marítimo, com o qual o FC Porto tem relações tensas por causa de Kléber. Aliás, os madeirenses tentaram convencer o jogador a aceitar propostas já em Janeiro – uma delas do Sporting, apesar de também ter sido sondado pela Ucrânia – mas

Djalma manteve-se irredutível, jogando com o facto de ser um jogador livre no final da época. Filho do ex-benfiquista e internacional angolano Abel Campos, Djalma está na Madeira desde 2004 e já antes foi associado aos dragões. No pós-1975, Djalma torna-se no segundo angolano a representar o clube mais emblemático do norte de Portugal, depois de Quinzinho, no princípio da década, então treinado pelo inglês Bob Robson. ■



MANTORRAS DEIXA BENFICA



O internacional angolano "Mantorras" foi, este mês, despedido do Benfica, tendo se dirigido ao Tribunal de Trabalho de Lisboa para requerer uma pensão por invalidez, alegando incapacidade física permanente. Ele vai agora ser sujeito a uma avaliação clínica para determinar o grau de incapacidade física e, caso fique comprovada, tem direito a uma compensação financeira que pode passar por uma pensão única ou vitalícia. Luís Filipe Vieira, presidente do Benfica, anunciara, antes, que o clube pretende promover uma "despedida formal, com dignidade e carinho" a internacional angolano, de 28 anos. "O Pedro é um exemplo de entrega, de sacrifício, de superação. É um exemplo de optimismo e de persistência. Alguém que nunca deixou de lutar, que sempre superou as dificuldades porque passou. Acompanhei a sua luta, sei da sua capacidade de resistir, de nunca deixar de acreditar. Foi por isso que, apesar de tudo, se



conseguiu manter no futebol. Este é, porém, o momento em que o Pedro decidiu que chegou o tempo de parar de lutar contra o sofrimento e contra as limitações físicas que o impediram de ser o que ele merecia e podia ter sido: uma referência mundial do futebol", destacou. ■

CHAN – 2011

PALANCAS NEGRAS PERDEM FINAL

Os Palancas Negras perderam, por 3-0, diante da Tunísia, na final da segunda edição do Campeonato Africano das Nações (CHAN), disputado no Sudão. Na primeira parte os angolanos entraram ameaçadores, mas cedo os tunisinos tomaram conta das operações no meio campo. Os Palancas adoptaram uma postura virada para contra-ataques, mas Santana, o único homem da frente de ataque, era presa fácil dos defensores tunisinos, que estavam sempre em vantagem numérica. No reatamento, quando se pensava que Lito Vidigal ia apostar no jogo ofensivo, foram os tunisinos que entraram com outra postura e logo aos 47 minutos inauguraram o

marcador, com Traoui a finalizar em grande estilo um cruzamento da esquerda, com os defesas angolanos a verem a bola cruzar toda a sua área. Daí para a frente só a Tunísia é que jogou, com os angolanos sem encontrarem soluções para contrariar o caudal ofensivo dos tunisinos. E os golos foram surgindo com naturalidade, para gáudio dos adeptos sudaneses, sedentos de vingança pelo afastamento da final pelos angolanos. Na classificativa para terceiro lugar, o Sudão bateu a Argélia por 1-0. A competição, que há dois anos se disputou na Costa do Marfim e foi ganha pela RD do Congo, é reservada apenas a jogadores que actuam nos campeonatos africanos. ■

